



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Diretoria de Atenção de Vigilância em Saúde

FISIOTERAPIA COM REABILITAÇÃO EM PISCINA

(Alvará inicial e Renovação)

- Preencher requerimento disponível no site da prefeitura. Neste formulário é importante preencher todos os campos, inclusive telefone, nome para contato, horário de funcionamento do estabelecimento e e-mail;
- Comprovante de pagamento da taxa de Alvará Sanitário **(LM 4512/2000)**;
- Projeto arquitetônico aprovado por esta VISA (quando a metragem for a partir de 300 m²) **(DECRETO EST.23.430/74)**;
- Declaração de área utilizada **(LM 4512/2000)**;
- Cópia do Alvará de Saúde (em caso de renovação) **(LM 5.673/2012)**;
- Cópia do Alvará de Localização **(LM 5.673/2012)**;
- Cópia do Alvará dos Bombeiros (APPCI) **(LEI FEDERAL 13.425/2017 – LEI ESTAD. COMPL. 14.376/2013)**;
- CNPJ na Receita Federal contemplando todas as atividades solicitadas no alvará **(LM 5.673/2012 e DECRETO MUNICIPAL 56/2013)**;
- Termo de responsabilidade técnica do local preenchido pelo profissional de ensino superior + Certificado de Responsabilidade Técnica do profissional junto ao conselho + Cópia do registro profissional **(LF 6316/1975)**;
- Laudo de análise microbiológica da água da piscina **(ABNT NBR 10818)**;
- Certificados de: desinsetização/desratização (controle de pragas) e limpeza da caixa d 'água, com cópia do alvará sanitário da empresa que realizou o trabalho. **(RDC ANVISA 52/2009; DECRETO EST.23.430/74)**;
- Certificado de limpeza do(s) ar-condicionado(s). Apresentar PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle) quando o sistema de climatização total ultrapassar 60.000 BTU'S. **(LEI FEDERAL 13589/2018)**. Caso contrário, anexar declaração devidamente assinada;
- Descrição dos métodos de higienização do estabelecimento (como realiza a higienização, limpeza, quantas vezes ao dia, qual o produto utilizado, concentração, etc..) **(RDC ANVISA 622/2022; DECRETO EST.23.430/74)**.

OBSERVAÇÃO: De acordo com as especificidades dos ramos de atividades, poderá, a critério da fiscalização sanitária, requerer documentos complementares no processo de licenciamento sanitário do estabelecimento.

REVISADO EM JANEIRO DE 2026.